

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO CELEBRADA ENTRE O
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA E
ATACADISTA DE DIVINÓPOLIS E REGIÃO CENTRO-OESTE, O
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE DIVINÓPOLIS,
CONFORME AS SEGUINTE CLAUSULAS E CONDIÇÕES.**

2001

PRIMEIRA – REAJUSTE SALARIAL

As partes ajustaram que os salários dos empregados representados pelo Sindicato Profissional, no dia 1º de abril de 2001 – data-base da categoria profissional – serão reajustados pela aplicação do percentual de 6.5% incidentes sobre os salários devidos em 01 de abril de 2000, entendendo-se como salário devido aquele valor resultante da aplicação da Convenção Coletiva de 2000.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os empregados admitidos após abril de 2000 terão os salários de admissão, em 1 de abril de 2001, reajustados pelo mesmo percentual dos admitidos anteriormente, ficando limitados ao valor dos salários dos empregados mais antigos na mesma função, observado o disposto no artigo 461 da CLT, sendo que nas funções onde não houver paradigma o reajuste será proporcional ao número de meses contados entre a data de admissão e 01/04/2001, sendo considerado mês a fração igual ou superior a 15 dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na aplicação dos índices previstos nas disposições desta cláusula já se acham compensados os aumentos espontâneos e/ou antecipações salariais concedidos no período de 1º de abril de 2000 a 31 de março de 2001.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os índices de reajuste desta cláusula incidirão somente sobre a parte fixa dos salários.

SEGUNDA – SALÁRIO DA CATEGORIA

As partes convencionaram que, independente do resultado da aplicação dos índices estabelecidos na cláusula anterior, a partir de 1º de abril de 2001 o menor salário mensal que poderá ser pago aos empregados abrangidos por esta Convenção será de R\$225,50 (Duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), excetuadas as funções de Office-boy, continuo ou mensageiro, vigia ou rondante, embalador e faxineira cujo menor salário será de R\$209,00 (Duzentos e nove reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O salário de ingresso, durante o período de 90 dias contados da admissão, não poderá ser inferior a R\$191,40 (Cento e noventa e um reais e quarenta centavos). Findo o prazo aqui fixado, o empregado não poderá receber salário mensal menor que o correspondente aos salários estipulados no “caput”, conforme a função.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A regra disposta no parágrafo anterior não se aplica a empregado readmitido, a este sendo aplicado o “caput” desta cláusula.

TERCEIRA – GARANTIA-MÍNIMA DOS COMISSIONISTAS

Aos denominados comissionistas puros, isto é, aos que percebem somente remuneração a base de comissões, fica concedida uma garantia-mínima mensal que corresponderá a 105% do salário da categoria (multiplicador 1.05 salário da categoria). Aos denominados comissionistas mistos, isto é, os que percebem parte fixa mais comissões, fica concedida uma garantia-mínima mensal igual ao salário da categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Aos comissionistas puros que auferirem comissões mensais em valor superior ao correspondente a 145% da garantia mínima para ele estipulada nesta cláusula (multiplicador 1,45), serão concedidos prêmios mensais de R\$41,00 (Quarenta e um reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO

O prêmio estipulado no parágrafo primeiro não será cumulativo com qualquer outro que a empresa, por costume ou liberalidade, já adote para os comissionistas, prevalecendo o que for de maior valor.

QUARTA – HORÁRIO DE ESTUDANTE

Fica assegurado ao empregado-estudante, nos dias de provas ou exames escolares que coincidam com o horário de trabalho, sua ausência da empresa 02 (duas) horas antes e até 01 (uma) hora após o término da prova ou exame, desde que pré-avise o empregador com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e, depois, comprove o seu comparecimento às provas ou exames, por documento fornecido pelo estabelecimento de ensino.

PARÁGRAFO ÚNICO

O empregado matriculado em curso regular previsto em lei, desde que faça comunicação prévia a empresa, através de declaração fornecida pelo estabelecimento de ensino em que estiver matriculado, não poderá prestar serviços em jornada extraordinária coincidente com o período letivo, salvo os casos de força maior e/ou de negociação coletiva.

QUINTA – UNIFORMES

O empregador que determinar o uso de uniforme deverá fornecê-lo gratuitamente a seus empregados, exceto calçados, salvo se o serviço exigir calçado especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ocorrendo desconto indevido e não ressarcido pelo empregador, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do aludido desconto, o empregado será reembolsado do valor com acréscimo de 30% (trinta por cento), a título de reparação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Obriga-se o empregado a zelar pela conservação do uniforme, usando-o somente em serviço (entendendo-se, também, como em serviço o trajeto residência-trabalho e vice-versa e o intervalo para descanso e alimentação), por se tratar de instrumento de trabalho da empresa, bem assim em devolver o que esteja em seu uso quando houver a troca por outro ou quando da rescisão do contrato de trabalho. O uso indevido, fora do serviço ou o dano causado ao uniforme por descuido ou má fé autoriza ao empregador o desconto do valor correspondente.

SEXTA – HORAS EXTRAS

As horas extras serão pagas com um adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor do salário-hora normal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para aplicação deste percentual sobre comissões, tornar-se-á, como base, o valor médio das comissões do mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As horas extras habituais integrarão, pela sua média numérica, o cálculo do 13º salário, das férias e rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O mesmo percentual de acréscimo previsto no “caput” desta cláusula será aplicado nos casos previstos no parágrafo 4º do Artigo 71 da CLT.

SÉTIMA – DIA DO COMERCIÁRIO

Os empregadores concedem aos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva, efeito de feriado na Segunda Feira de Carnaval (dia 11 de fevereiro de 2002), para comemoração do seu dia.

PARÁGRAFO ÚNICO

As empresas que operem no ramo de farmácias, drogarias, mercearias e supermercados e que não dispensarem seus empregados da prestação de serviços na referida segunda-feira de carnaval, deverão conceder-lhes uma folga compensatória no decorrer dos 90 (noventa) dias que se seguirem a essa segunda-feira, sob pena de pagamento em dobro desse feriado trabalhado.

OITAVA – CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADO

As empresas, como simples intermediárias, recolherão ao Sindicato Profissional as contribuições aprovadas pela Assembléia Geral da Categoria Profissional, mediante desconto em folha de pagamento dos empregados, procedendo aos recolhimentos dos valores através de guias próprias fornecidas pelo aludido Sindicato, para crédito do estabelecimento bancário indicado, sob pena de multa de 10% (dez por cento) acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os empregadores descontarão de todos os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva, e de todos os que virem a ser admitidos no curso da vigência da deliberação da Assembléia Geral da Categoria Profissional, a importância correspondente a esta cláusula, recolhendo ao Sindicato Profissional os valores até o 5º (quinto) dia útil da data dos descontos. Em maio de 2001 as empresas encaminharão ao Sindicato Profissional relação dos empregados da qual constem os salários anteriores e os reajustados por esta Convenção Coletiva.

NONA – FISCALIZAÇÃO

A Delegacia Regional do Trabalho / Subdelegacia Regional do Trabalho são autorizadas a Fiscalização da presente Convenção Coletiva em todas as cláusulas.

DÉCIMA – ENVELOPE DE PAGAMENTO

No ato do pagamento do salário, os empregadores deverão fornecer aos empregados envelope ou documento similar, que contenha o valor do salário pago e respectivos descontos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Quando houver gratificações, comissões, horas extras e outros adicionais estes deverão ser discriminados separadamente com o correspondente reflexo destas verbas nos Repousos Semanais Remunerados.

DÉCIMA PRIMEIRA – COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

No ato da dispensa do empregado, a empresa deverá comunica-la por escrito.

DÉCIMA SEGUNDA – AFASTAMENTO – FÉRIAS

O empregado que estiver afastado do serviço recebendo auxílio-doença ou prestação por acidente do trabalho da Previdência Social, pelo prazo de até 06 (seis) meses, não terá esse tempo deduzido para fins de aquisição de férias.

DÉCIMA TERCEIRA – RELAÇÃO DE SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

Na época da rescisão contratual, a empresa deverá fornecer ao empregado uma via da relação dos salários de contribuição, desde que requerida pelo empregado.

DÉCIMA QUARTA – QUEBRA DE CAIXA

Todo empregado que, em sua jornada de trabalho, exerça a função exclusivamente de caixa, deverá tê-la anotada em sua CTPS e receberá, a título de quebra-de-caixa, o valor de 10% (dez por cento) sobre o seu salário mensal, adicional este que integrará o salário do empregado para todos os efeitos, enquanto ocupante da função.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Caso o empregador passe a adotar a partir de 1º de abril de 2001, como norma da empresa, que não serão exigidas reposições de diferenças apuradas no caixa ou controle de entrega de valores, não ficará obrigado a pagar verbas a título de quebra-de-caixa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As eventuais diferenças a maior verificadas quando do fechamento do caixa não poderão ser objeto de desconto no salário.

DÉCIMA QUINTA – PAGAMENTO DE RESCISÕES

Os pagamentos decorrentes de rescisões contratuais serão feitos sempre em moeda corrente ou cheque administrativo.

DÉCIMA SEXTA – ADEQUAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

É permitido que os empregadores escolham os dias da semana, estritamente de segunda-feira a sábado, em que ocorrerão reduções das jornadas de trabalho de seus empregados para adequá-las as 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Faculta-se a adoção do sistema de trabalho denominado “Jornada Especial” com 12 horas de trabalho por 36 horas de folga para o serviço de vigias ou rondantes, sendo que as 12 horas serão entendidas como horas normais, sem incidência de adicional de horas extras, ficando esclarecido igualmente não existir horas extras no caso de serem ultrapassadas as 44 horas semanais, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte, o que é próprio desta “Jornada Especial”.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica assegurado, no caso da Jornada Especial prevista no parágrafo anterior, um intervalo de 1 hora para descanso e alimentação.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Exceto para o caso previsto no parágrafo primeiro, e observado o parágrafo sétimo desta cláusula, facultase as Empresas a adoção do sistema de compensação de horas extras, pelo qual as horas extras efetivamente realizadas pelos empregados, durante um período de 4 (quatro) meses, limitadas a duas horas extras diárias, poderão ser compensadas com reduções de jornada e/ou folgas, dentro deste período, em igual número de horas. Da mesma forma, as horas referentes às folgas ou reduções de jornadas previamente concedidas, ou seja, dispensa de trabalho para posterior reposição, dentro de um período de até 4 (quatro) meses, poderão ser exigidas em horário extraordinário, dentro do período, limitado a duas horas extras por dia.

PARÁGRAFO QUARTO

Na hipótese de, ao final do prazo do parágrafo anterior ou ao final do contrato de trabalho, não tiverem sido compensadas todas as horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas como horas extras, ou seja, o valor da hora normal acrescido do adicional de horas extras previsto na cláusula sexta desta Convenção.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso concedidas, pela empresa, no prazo do parágrafo terceiro, reduções de jornada ou folgas compensatórias além do número de horas extras efetivamente prestadas pelo empregado, essas não poderão ser construir como crédito para a empresa, a ser descontado após o período ou no aviso prévio indenizado.

PARÁGRAFO SEXTO

Quando a jornada extraordinária atingir as duas horas diárias, a empresa ficará obrigada ao fornecimento de um lanche sem ônus para o empregado. A recusa do lanche, por parte do empregado, não obriga a empresa a ressarcir-lo ou a substituí-lo por qualquer outro benefício.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Convenção Coletiva específica regulará horários especiais de trabalho para o período que antecede o Natal.

DÉCIMA SÉTIMA – CONTRATO DE TRABALHO

Recomendam-se as empresas a adoção de contrato de trabalho escrito, no qual conste as normas a serem observadas pelas partes, desde que não contrarie as disposições contidas nesta Convenção e na Legislação vigente, sendo que no caso do comissionista deverá especificar a forma de remuneração ajustada, a saber: se simplesmente variável, ou se parte fixa mais parte variável.

DÉCIMA OITAVA – CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência dos valores de caixa será realizada na presença do comerciário responsável. Se este for impedido, pela empresa, de acompanhar a conferência, ficará isento de qualquer responsabilidade por erros apurados no caixa.

DÉCIMA NONA – MÉDIA DE COMISSÕES

Para efeito de pagamento de 13º salário, de férias, de rescisão contratual dos comissionistas, será tomada por base de cálculo a média das comissões dos últimos 06 (seis) meses, salvo se a média dos últimos 12 (doze) meses das mesmas comissões percebidas for maior, hipótese em que prevalecerá o maior valor da média apurado.

VIGÉSIMA – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas vinculadas a esta Convenção, se obrigam a recolher em favor do Sindicato do Comércio Varejista de Divinópolis, uma importância a título de Contribuição Confederativa para o custeio do sistema confederativo da representação sindical do comércio nos termos do inciso IV ao artigo 8º da Constituição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Contribuição Confederativa de que trata esta cláusula será estabelecida em assembléia geral da Entidade Sindical Patronal que subscreve a presente Convenção, convocada para fixar o valor a ser recolhido no mês de ABRIL de 2001, em qualquer agência do estabelecimento arrecadador indicado, através de guia própria que a Entidade Patronal beneficiária encaminhará as empresas. No caso de a empresa, por qualquer motivo, deixar de receber a guia própria, o recolhimento da Contribuição Confederativa poderá ser feito através de ORDEM DE PAGAMENTO, ao:

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DIVINÓPOLIS, Rua Bahia, 987 – Sidil – Divinópolis, conta nº 461-4, da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência código 0113 – Divinópolis.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Contribuição Confederativa recolhida fora do prazo será corrigida pela variação do IGP-M, com multa de 10% (dez por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

VIGÉSIMA PRIMEIRA – MENOR SALÁRIO NA FUNÇÃO

Fica garantido ao empregado admitido para a função de outro dispensado sem justa causa, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

VIGÉSIMA SEGUNDA – INÍCIO DE FÉRIAS

Fica ajustado entre as partes que as férias do comerciário não poderão ter início em sábados, domingos, feriados e em dias de compensação, salvo nas empresas com mais de 20 (vinte) empregados que, comunicando o Sindicato Profissional, passem a adotar o início de férias sempre no dia 1º (primeiro) do mês.

VIGÉSIMA TERCEIRA – SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter eventual, o empregado que seja substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

VIGÉSIMA QUARTA – RESCISÃO – ANOTAÇÃO NA CTPS

Após a rescisão, o empregado apresentará sua CTPS ao empregador, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, mediante recibo, para que este, em igual prazo, anote a data da saída.

VIGÉSIMA QUINTA – NÃO DEDUÇÃO EM 13º SALÁRIO

O empregado que, contando mais de 03 (três) anos na empresa, se afastar por motivo de doença em licença previdenciária acima de 30 (trinta) dias e até 60 (sessenta) dias, não terá deduzido, o período para fins de 13º salário.

VIGÉSIMA SEXTA – CARTA DE APRESENTAÇÃO

As empresas que exigem carta de apresentação na admissão do empregado deverão entregar documento igual ao empregado que tenha rescindido o contrato de trabalho sem justa causa.

VIGÉSIMA SÉTIMA – AUXÍLIO FUNERAL

Ocorrendo falecimento de empregado durante o vínculo empregatício, ainda que suspenso ou interrompido, as empresas concederão uma indenização, a título de auxílio funeral, correspondente ao valor do piso da categoria profissional (cláusula segunda desta Convenção) no mês do óbito, pagando-o a família do trabalhador falecido.

PARÁGRAFO ÚNICO

A disposição desta cláusula não se aplica a empresa que mantenha seguro de vida em grupo que alcance o empregado que vier a falecer.

VIGÉSIMA OITAVA – FÉRIAS PROPORCIONAIS

Recomenda-se as empresas o pagamento do acréscimo de um terço nas férias proporcionais, evitando discussões sobre o assunto e em consonância com a jurisprudência trabalhista majoritária.

VIGÉSIMA NONA – EFICÁCIA DE ATESTADOS MÉDICOS

Para justificativa de faltas durante os primeiros 15 dias de afastamento do trabalho por motivo de doença, somente terão validade os atestados emitidos por médicos ou dentistas credenciados pela empresa e/ou empresas conveniadas, exceto para aquelas que não possuam serviço médico próprio ou contratado, ou que a consulta seja de urgência ou realizada fora do horário de atendimento destes, hipótese em que valerá o atestado do serviço médico do Sindicato Profissional ou Patronal.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os atestados médicos fornecidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde só serão aceitos para fins de justificativas de faltas, na hipótese do trabalhador não ter acesso aos serviços médicos previstos no “caput”.

TRIGÉSIMA – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Recomenda-se as empresas que forneçam auxílio-alimentação aos seus empregados, na forma da Lei 6.321/76 (P.A.T).

TRIGÉSIMA PRIMEIRA – MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Sujeita-se o empregador ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário mensal do empregado prejudicado, em favor deste, incidindo sobre cada violação, na hipótese de transgressão da presente norma coletiva.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos moldes previstos nos parágrafos 1º e 2º da cláusula 36º desta Convenção Coletiva, as questões relativas ao “caput”, serão apreciadas pela Comissão Paritária.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em se tratando da primeira vez que a empresa inadimplente tenha questão submetida a Comissão Paritária, havendo acordo ou a plena reparação dos efeitos do descumprimento, a multa prevista no “caput” não será aplicada.

TRIGÉSIMA SEGUNDA – ESTABILIDADE GESTANTE

Fica deferida a estabilidade provisória a empregada gestante, desde a confirmação da gravidez, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término da licença oficial.

TRIGÉSIMA TERCEIRA – CHEQUES DE CLIENTES

É vedado as empresas descontarem dos salários de seus empregados as importâncias correspondentes a cheques recebidos e não acatados pelo banco, desde que o empregado tenha cumprido as normas da empresa quanto a recebimento de cheques.

TRIGÉSIMA QUARTA – CONTRIBUIÇÃO DE CONFERÊNCIA

Os empregadores contribuirão, mediante recibo, ao Sindicato Profissional, com o valor de R\$9,00 (nove reais), quando das rescisões de contrato de trabalho que lhe sejam apresentadas para homologação, pela conferência das parcelas constantes das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO

Incluem-se entre os documentos exigíveis para a homologação os comprovantes de pagamento das Contribuições Sindicais e Confederativas ou Assistenciais, referentes tanto a Categoria Profissional quanto as Patronais.

TRIGÉSIMA QUINTA – RECEBIMENTO DE PIS

Assegura-se ao empregado para recebimento de PIS, o direito de ausentar-se do serviço por 1:30h (uma hora e trinta minutos) no horário de expediente do órgão pagador, ou tempo superior, desde que comprovado o horário de pagamento.

TRIGÉSIMA SEXTA – COMISSÃO PARITÁRIA

Considerando que as partes entendem necessário aprimorar as relações entre capital e trabalho, e buscar entendimentos, resolvem formar uma Comissão Paritária, constituída de representantes da categoria econômica e representantes da categoria profissional, em igual número, com o objetivo de buscar a conciliação dos conflitos exclusivamente entre empregados e empregadores do Comércio Varejista de Divinópolis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As Entidades Sindicais convenientes submeterão a Comissão Paritária todas as questões e ou matérias que lhes digam respeito e ou as suas respectivas categorias, no todo ou em parte, antes de promoverem ações judiciais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os representantes pelas Entidades Sindicais convenientes, através dos seus respectivos Sindicatos e/ou por procuradores constituídos, apresentarão suas pretensões a Comissão Paritária, ou desta pleitearão o exame de divergências, nos termos do artigo 625-D da CLT com redação dada pela Lei 9.958/2000.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A demanda será formulada por escrito, especificando a(s) pretensão(ões), sendo que a redução a termo somente será admitida se feita pelo proponente perante o seu respectivo Sindicato e por ele ratificado como fiel no início da reunião de conciliação.

PARÁGRAFO QUARTO

Tratando-se de matéria a que se refere o parágrafo segundo, a comissão somente apreciará os casos quando reconhecida a relação de emprego havida entre as partes, exceto na hipótese de pequenas empreitadas e de responsabilidade pela terceirização do serviço.

PARÁGRAFO QUINTO

A comissão Paritária procurará compor as situações que apreciar, inclusive com a participação dos interessados de que trata o parágrafo segundo desta cláusula, no prazo de dez dias, observando:

- a) As Entidades Sindicais estabelecerão calendário designando os dias da semana nos quais serão realizadas as reuniões para tentativa de conciliação das pretensões que sejam submetidas à Comissão Paritária.
- b) O pedido inicial será preferencialmente incluído na pauta da sessão da semana seguinte ao seu protocolo na Comissão Paritária.
- c) Na impossibilidade de inclusão na pauta da sessão de que se trata o parágrafo anterior, o pedido terá de ser incluído na pauta da sessão que se seguir aquela.
- d) O prazo para solucionar matérias, questões e ou divergências, previsto neste parágrafo, poderá ser prorrogado por consenso das partes e/ou dos interessados, hipótese em que a Comissão Paritária continuará na persecução da solução.
- e) O montante do acordo correspondente as verbas rescisórias, não controvertidas, não será objeto de parcelamento, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada pelo empregador.

PARÁGRAFO SEXTO

Os assuntos tratados pela Comissão Paritária serão registrados em ata, e esta consignará os entendimentos e as soluções em relação às matérias, questões e ou divergências apreciadas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Nas hipóteses dos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, a recusa ao entendimento por uma das partes ou pelo diretamente envolvido na matéria, a ser registrada em ata, autoriza a propositura de medida judicial, o que também se configurará com o não comparecimento da parte reclamada à reunião designada e ou na ausência de solução de cada matéria no prazo previsto no parágrafo quanto.

PARÁGRAFO OITAVO

Para a realização da reunião de conciliação a Empresa deverá apresentar os comprovantes de recolhimento das Contribuições Sindicais e das contribuições previstas em convenções, tanto relativas ao Sindicato Patronal quanto ao Profissional.

PARÁGRAFO NONO

Não serão sujeitas a apreciação da Comissão Paritária os casos de Consignação em Pagamento, Medidas Cautelares, Inquéritos e homologação de rescisões de Contrato de Trabalho.

TRIGÉSIMA SÉTIMA – ADIANTAMENTOS

Recomenda-se as empresas que antecipem aos seus empregados, a título de adiantamento, até o 20º (vigésimo) dia do mês, um mínimo de 40% (quarenta por cento) do valor do salário auferido pelo empregado no mês anterior, sendo que para os comissionistas o cálculo será feito sobre o valor da garantia mínima prevista na cláusula terceira.

TRIGÉSIMA OITAVA – CRECHES

Determina-se a instalação de local destinado a guarda de crianças em idade de amamentação, quando existentes na empresa mais de 30 (trinta) mulheres maiores de 16 (dezesseis) anos, facultado o convênio com creches.

TRIGÉSIMA NONA – DIRIGENTES SINDICAIS

Desde que solicitada por ofício pelo Sindicato Profissional com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, o dirigente sindical, limitando a 01 (um) por empresa, será dispensado da prestação de serviços durante o horário das Assembléias ou reuniões devidamente convocadas.

PARÁGRAFO ÚNICO

As Empresa afixarão os avisos do Sindicato Profissional em local visível e de fácil acesso aos empregados, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivos.

QUADRAGÉSIMA – INGRESSO COM ATRASO

Assegura-se o repouso remunerado ao empregado que chegar atrasado, quando permitido seu ingresso pelo empregador, desde que este atraso seja compensado com a prestação de serviço em horário extraordinário e por período igual ao do atraso.

QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – GARANTIA AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA.

Aos empregados que contem com mínimo de 10 (dez) anos, ininterruptos, na empresa e que comprovadamente estiverem ao máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de aquisição do direito a aposentadoria integral, ou de aposentadoria especial, fica assegurado o emprego ou os salários durante o período de até 12 meses que faltarem para aquisição do direito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O benefício desta Cláusula somente será devido, caso o empregado informe a empresa, por escrito, que se encontra em um dos períodos de pré-aposentadoria mencionados no “caput”, salvo se todo período de trabalho gerador do direito a aposentadoria tenha sido cumprido na mesma empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A comunicação à empresa deverá ocorrer no máximo até 30 (trinta) dias após o empregado completar o período previsto no “caput” desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso o empregado dependa de documentação para a comprovação do tempo de contribuição e/ou incluir-se na condição de aposentadoria especial, este terá 45 (quarenta e cinco) dias de prazo para apresentar a demonstração à empregadora, contados da comunicação efetuada à empresa.

PARÁGRAFO QUARTO

Não tendo o empregado cumprido o disposto nos Parágrafos 1º, 2º e 3º, cessará o direito ao benefício desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO

Obtendo novo emprego, cessa, para empresa, a obrigação de pagamento de salários prevista no “caput”.

PARÁGRAFO SEXTO

As condições desta cláusula prevalecem enquanto forem mantidas as atuais disposições de aposentadoria por tempo de serviço.

QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – RELAÇÃO NOMINAL

Os empregadores remeterão ao Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista e Atacadista de Divinópolis e Região Centro Oeste, dentro do prazo de 15 (quinze) dias do recolhimento, cópia da guia de contribuição sindical dos empregados com a relação nominal desses empregados contribuintes, indicando a função de cada um, o salário percebido no mês a que corresponder a contribuição e o respectivo valor recolhido, consoante a Portaria MTb 3.233/83.

QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – PERIODICIDADE MENSAL

As empresas, comunicado o Sindicato Profissional, poderão adotar periodicidade mensal distinta da do mês civil (exemplo: do dia 25 de um mês ao dia 24 do mês seguinte) para fins de apuração frequência e remuneração, e de horas extras e compensação de jornada previstas na cláusula sétima e nos parágrafos da cláusula décima sexta desta Convenção Coletiva.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na hipótese de adoção da periodicidade mensal distinta, os pagamentos dos direitos do empregado referentes àqueles dias que serão os últimos do mês civil (no exemplo dado, os posteriores ao dia 25) deverão observar o valor salarial do mês do pagamento.

QUADRAGÉSIMA QUARTA – ESTORNO DE COMISSÕES

Não sendo o empregado o exclusivo responsável pela liberação do crédito e tendo este cumprido todas as normas da empresa com relação à concessão de crédito, ficará vedado à empresa o estorno de comissões pelo inadimplemento das prestações por parte do cliente, em relação às vendas efetuadas por este.

QUADRAGÉSIMA QUINTA – DISPENSA DE MÉDICO COORDENADOR

As empresas com mais de 25 e menos de 50 empregados, enquadradas no grau de risco 1 ou 2, segundo Quadro I da NR 4, ficam dispensadas de indicar médico coordenador do PCMSO, sendo que o número de empregados para efeito desta cláusula será aferido computando-se a totalidade dos estabelecimentos da empresa.

QUADRAGÉSIMA SEXTA – SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas contratarão seguro de vida para os ocupantes de cargos de vigia ou rondantes, no valor de indenização mínimo de R\$ 1.000,00 em caso de morte por acidente ou invalidez por acidente, sob pena de reembolsar este valor ao empregado ou à família deste em caso de ocorrência deste sinistro no trabalho, sem prejuízo da responsabilidade civil em decorrência de culpa da empresa.

QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO EM LEGISLAÇÃO

Os sindicatos convenentes elaborarão, no prazo de 90 dias, um manual de rotinas trabalhistas aplicadas ao comércio, incluindo esclarecimentos sobre a aplicação deste instrumento, para distribuição aos seus associados e aos contabilistas, visando sua correta aplicação.

QUADRAGÉSIMA OITAVA – CALENDÁRIO ANUAL

Dentro de um prazo de 30 dias, contados da assinatura do presente instrumento, as entidades convenentes elaborarão um calendário de horários especiais de trabalho e funcionamento, prevendo as datas comemorativas em que serão adotados horários facultativos.

QUADRAGÉSIMA NONA – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As entidades convenentes estabelecerão, durante a vigência desta Convenção mecanismos de incentivo à Qualificação Profissional das categorias representadas.

QÜINQUAGÉSIMA – VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de abril de 2001 a 31 de março de 2002, aplicando-se-lhe as pertinentes regras da instrução nº 4 do T.S.T.

E, para que produza seus jurídicos efeitos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi lavrada em 06 (seis) vias de igual forma e teor, sendo levada a registro.

Divinópolis, 26 de março de 2001